

CÓDIGOS ELECTRÓNICOS DATAJURIS[©]

DATAJURIS é uma marca registada no INPI sob o nº 350529

Licenciamento Zero

Simplificação do regime de
acesso e exercício de
diversas actividades económicas

Texto Simples

Todos os direitos reservados à DATAJURIS, Direito e Informática, Lda.

É expressamente proibido qualquer tipo de reprodução, sem prévia autorização da DATAJURIS.

A infracção é passível de procedimento judicial.

DATAJURIS[©]

(Não dispensa a consulta do Diário da República)

Índice

| | |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Notas..... | 5 |
| Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril | 7 |
| CAPÍTULO I | 9 |
| Disposições iniciais..... | 9 |
| Artigo 1.º | 9 |
| Objecto..... | 9 |
| Artigo 2.º | 9 |
| Âmbito | 9 |
| Artigo 3.º | 10 |
| Balcão do empreendedor | 10 |
| CAPÍTULO II..... | 10 |
| Instalação, modificação e encerramento de estabelecimentos | 10 |
| SECÇÃO I | 10 |
| Regimes aplicáveis | 10 |
| Artigo 4.º | 10 |
| Regime geral..... | 10 |
| Artigo 5.º | 10 |
| Dispensa de requisitos | 10 |
| Artigo 6.º | 10 |
| Regime da prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário | 10 |
| SECÇÃO II..... | 10 |
| Regimes conexos | 10 |
| SUBSECÇÃO I | 10 |
| Operações urbanísticas | 10 |
| Artigo 7.º | 10 |
| Regime geral..... | 10 |
| Artigo 8.º | 10 |
| Regime das operações urbanísticas sujeitas a comunicação prévia | 10 |
| Artigo 9.º | 11 |
| Regime da utilização de edifício ou de fracção autónoma destinadas à instalação de um estabelecimento..... | 11 |
| SUBSECÇÃO II | 11 |
| Ocupação do espaço público..... | 11 |
| Artigo 10.º | 11 |
| Finalidades admissíveis | 11 |
| Artigo 11.º | 11 |
| Critérios de ocupação do espaço público | 11 |
| Artigo 12.º | 12 |
| Regimes aplicáveis à ocupação do espaço público | 12 |
| Artigo 13.º | 13 |
| Domínio público hídrico, ferroviário e rodoviário | 13 |
| SUBSECÇÃO III..... | 13 |
| Cadastro comercial | 13 |
| Artigo 14.º | 13 |
| Regime de inscrição no cadastro comercial | 13 |
| SUBSECÇÃO IV..... | 13 |
| Procedimentos, títulos e outros pedidos, comunicações, notificações e registos | 13 |
| Artigo 15.º | 13 |
| Procedimento do pedido de autorização | 13 |
| Artigo 16.º | 14 |
| Títulos..... | 14 |
| Artigo 17.º | 14 |
| Outros pedidos, comunicações, notificações e registos | 14 |
| SECÇÃO III..... | 14 |
| Taxas..... | 14 |
| Artigo 18.º | 14 |

| | |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Divulgação das taxas no «Balcão do empreendedor» | 14 |
| Artigo 19.º | 14 |
| Pagamento de taxas | 14 |
| SECÇÃO IV | 14 |
| Verificação da informação e protecção de dados | 14 |
| Artigo 20.º | 14 |
| Verificação da informação | 14 |
| Artigo 21.º | 15 |
| Entidade competente para a organização e manutenção dos registos sectoriais de comércio e serviços ... | 15 |
| Artigo 22.º | 15 |
| Dados pessoais | 15 |
| Artigo 23.º | 15 |
| Segurança da informação | 15 |
| Artigo 24.º | 15 |
| Conservação dos dados | 15 |
| SECÇÃO V | 15 |
| Fiscalização e regime sancionatório | 15 |
| Artigo 25.º | 15 |
| Fiscalização | 15 |
| Artigo 26.º | 15 |
| Ocupação ilícita do espaço público | 15 |
| Artigo 27.º | 15 |
| Custos da remoção | 15 |
| Artigo 28.º | 16 |
| Regime sancionatório | 16 |
| Artigo 29.º | 16 |
| Produto das coimas | 16 |
| Artigo 30.º | 16 |
| Sanções acessórias | 16 |
| CAPÍTULO III | 17 |
| Alterações legislativas | 17 |
| Artigo 31.º | 17 |
| Alteração à Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto | 17 |
| Artigo 32.º | 17 |
| Aditamento à Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto | 17 |
| Artigo 33.º | 17 |
| Alteração ao Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio | 17 |
| Artigo 34.º | 17 |
| Aditamento ao Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio | 17 |
| Artigo 35.º | 17 |
| Alteração ao Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro | 17 |
| Artigo 36.º | 17 |
| Alteração à organização sistemática ao Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro | 17 |
| CAPÍTULO VI | 17 |
| Disposições finais e transitórias | 17 |
| Artigo 37.º | 17 |
| Identificação clara das obrigações | 17 |
| Artigo 38.º | 18 |
| Aplicação às regiões autónomas | 18 |
| Artigo 39.º | 18 |
| Norma transitória | 18 |
| Artigo 40.º | 18 |
| Requisitos dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas | 18 |
| Artigo 41.º | 18 |
| Norma revogatória | 18 |
| Artigo 42.º | 18 |
| Produção de efeitos | 18 |
| Artigo 43.º | 18 |
| Republicação | 18 |
| Artigo 44.º | 19 |

| | |
|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Entrada em vigor..... | 19 |
| ANEXO I..... | 19 |
| Listas de CAE (Rev. 3)..... | 19 |
| Lista A..... | 19 |
| Estabelecimentos de comércio..... | 19 |
| Lista B..... | 20 |
| Estabelecimentos de prestação de serviços..... | 20 |
| Lista C..... | 20 |
| Armazéns..... | 20 |
| Lista D..... | 21 |
| Operações industriais realizadas em estabelecimentos comerciais especializados ou em secções acessórias de estabelecimentos comerciais..... | 21 |
| Lista E..... | 21 |
| Lista F..... | 22 |
| Estabelecimentos de comércio..... | 22 |
| Lista G..... | 24 |
| Actividades de comércio sem estabelecimento..... | 24 |
| ANEXO II..... | 24 |
| Definições..... | 24 |
| ANEXO III..... | 24 |
| Requisitos que devem observar as instalações e equipamentos dos estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e armazéns para o seu funcionamento..... | 24 |
| ANEXO IV..... | 25 |
| Critérios subsidiários a observar na ocupação do espaço público e na afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial..... | 25 |
| CAPÍTULO I..... | 25 |
| Disposições gerais..... | 25 |
| Artigo 1.º..... | 25 |
| Objecto..... | 25 |
| Artigo 2.º..... | 25 |
| Princípios gerais de ocupação do espaço público..... | 25 |
| Artigo 3.º..... | 25 |
| Princípios gerais de inscrição e afixação de publicidade..... | 25 |
| Artigo 4.º..... | 26 |
| Deveres dos titulares dos suportes publicitários..... | 26 |
| CAPÍTULO II..... | 26 |
| Condições de instalação de mobiliário urbano..... | 26 |
| Artigo 5.º..... | 26 |
| Condições de instalação e manutenção de um toldo e da respectiva sanefa..... | 26 |
| Artigo 6.º..... | 26 |
| Condições de instalação e manutenção de uma esplanada aberta..... | 26 |
| Artigo 7.º..... | 27 |
| Restrições de instalação de uma esplanada aberta..... | 27 |
| Artigo 8.º..... | 27 |
| Condições de instalação de estrados..... | 27 |
| Artigo 9.º..... | 27 |
| Condições de instalação de um guarda-vento..... | 27 |
| Artigo 10.º..... | 27 |
| Condições de instalação de uma vitrina..... | 27 |
| Artigo 11.º..... | 28 |
| Condições de instalação de um expositor..... | 28 |
| Artigo 12.º..... | 28 |
| Condições de instalação de uma arca ou máquina de gelados..... | 28 |
| Artigo 13.º..... | 28 |
| Condições de instalação de um brinquedo mecânico e equipamento similar..... | 28 |
| Artigo 14.º..... | 28 |
| Condições de instalação e manutenção de uma floreira..... | 28 |
| Artigo 15.º..... | 28 |
| Condições de instalação e manutenção de um contentor para resíduos..... | 28 |
| CAPÍTULO III..... | 29 |

| | |
|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Condições de instalação de suportes publicitários e de afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias..... | 29 |
| SECÇÃO I..... | 29 |
| Regras gerais..... | 29 |
| Artigo 16.º..... | 29 |
| Condições de instalação de um suporte publicitário | 29 |
| Artigo 17.º..... | 29 |
| Condições de afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial em mobiliário urbano | 29 |
| Artigo 18.º..... | 29 |
| Condições e restrições de difusão de mensagens publicitárias sonoras | 29 |
| SECÇÃO II..... | 29 |
| Regras especiais..... | 29 |
| Artigo 19.º..... | 29 |
| Condições e restrições de aplicação de chapas, placas e tabuletas | 29 |
| Artigo 20.º..... | 30 |
| Condições de instalação de bandeirolas..... | 30 |
| Artigo 21.º..... | 30 |
| Condições de aplicação de letras soltas ou símbolos | 30 |
| Artigo 22.º..... | 30 |
| Condições de instalação de anúncios luminosos, iluminados, electrónicos e semelhantes..... | 30 |
| ANEXO V | 30 |
| Replicação do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio | 30 |

Notas

I - O presente diploma encontra-se actualizado de acordo com:

- Decreto-Lei n.º 141/2012, de 11 de Julho, com início de vigência a 12 de Julho de 2012, e
- Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015.

II – Os artigos 5.º, 6.º e 7.º da Portaria n.º 131/2011, de 4 de Abril, dispõem o seguinte:

«Artigo 5.º Fase experimental

- 1 - A produção de efeitos de forma faseada do Decreto-Lei n.º 48/2011, nos termos do n.º 1 do artigo 42.º, inicia-se por uma experiência limitada aos estabelecimentos e actividades de restauração ou de bebidas.
- 2 - A adesão de municípios na fase experimental é formalizada através de protocolo a celebrar com a AMA, I. P., ouvida a Direcção-Geral das Actividades Económicas (DGAE).
- 3 - A fase experimental termina em 31 de Dezembro de 2011.

Artigo 6.º Adesão dos municípios ao «Balcão do empreendedor»

- 1 - Os municípios podem aderir ao «Balcão do empreendedor» após o termo da fase experimental.
- 2 - A adesão deve ser comunicada à AMA, I. P., para que sejam criadas as condições necessárias à sua efectivação, designadamente a criação de utilizadores para acederem ao «Balcão do empreendedor» e procederem à inserção da informação específica do município.
- 3 - A efectivação da adesão deve ocorrer no prazo máximo de 30 dias após a referida comunicação.
- 4 - A adesão dos restantes municípios deve realizar-se até ao dia 2 de Maio de 2012.

Artigo 7.º
Produção de efeitos do Decreto-Lei n.º 48/2011

1 - Sem prejuízo do disposto nos artigos 5.º e 6.º da presente portaria, o Decreto-Lei n.º 48/2011 aplica-se aos estabelecimentos e às actividades referidas nos n.os 1 a 3 e 5 do artigo 2.º e no artigo 6.º do referido decreto-lei a partir do dia 2 de Maio de 2012.

2 - O disposto no número anterior não prejudica a imediata aplicação das disposições do Decreto-Lei n.º 48/2011 que pressuponham a existência do «Balcão do empreendedor» aos estabelecimentos e às actividades localizadas nos municípios que participem na fase experimental ou que adiram ao «Balcão do empreendedor» nos termos dos artigos 5.º e 6.º da presente portaria.

3 - As disposições do Decreto-Lei n.º 48/2011, que não pressuponham a existência do «Balcão do empreendedor», designadamente aquelas que prevêm a eliminação do licenciamento da actividade das agências de venda de bilhetes para espectáculos públicos e do licenciamento do exercício da actividade de realização de leilões, produzem efeitos a partir de 2 de Maio de 2011.

4 - A utilização de um edifício ou de suas fracções para efeitos de instalação de um estabelecimento e as respectivas alterações de uso podem ser solicitadas ao município no «Balcão do empreendedor» a partir de 2 de Maio de 2012.

5 - A verificação da informação referida no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 48/2011 está disponível no «Balcão do empreendedor» a partir de 9 de Janeiro de 2012.»

III – A Portaria nº 284/2012, de 20 de Setembro altera os artigos 5º, 6º e 7º da Portaria 131/2011, de 4 de Abril do seguinte modo:

«Artigo 5.º
[...]

1 - ...

2 - ...

3 - A fase experimental termina em 31 de dezembro de 2012.

Artigo 6.º
[...]

1 - ...

2 - ...

3 - ...

4 - A adesão dos restantes municípios deve realizar-se até ao dia 2 de maio de 2013.

Artigo 7.º
[...]

1 - Sem prejuízo do disposto nos artigos 5.º e 6.º da presente portaria, o Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, produz efeitos a partir de 2 de maio de 2013, nomeadamente para as seguintes matérias:

a) Instalação e modificação de estabelecimentos, cadastro comercial e ocupação do espaço público e operações urbanísticas referidas nos n.os 1 a 3 e 5 do artigo 2.º e no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril;

b) Eliminação do licenciamento das mensagens publicitárias referidas nas alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na redação conferida pelo artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril;

c) Mapa de horário de funcionamento dos estabelecimentos referidas no artigo 4.º-A do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de maio, na redação conferida pelo artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.

2 - ...

3 - As disposições do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, que não pressuponham a existência do «Balcão do empreendedor», produzem efeitos a partir de 2 de maio de 2011, designadamente aquelas que preveem:

a) A eliminação do licenciamento da actividade das agências de venda de bilhetes para espetáculos públicos;

b) O licenciamento do exercício da actividade de realização de leilões;

c) A eliminação do licenciamento das mensagens publicitárias referidas na alínea a) do n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 97/88, de 17 de agosto, na redação conferida pelo artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril;

d) A revogação do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, referida na alínea f) do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril;

e) A necessidade da entidade exploradora de estabelecimento de restauração ou de bebidas que disponha de espaços ou salas destinados a dança ou onde habitualmente se dance ou que disponha de recinto de diversão provisório, dar cumprimento ao regime previsto no Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de dezembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 268/2009, de 29 de setembro;

f) As definições constantes do Anexo II do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril.

4 - A utilização de um edifício ou de suas frações para efeitos de instalação de um estabelecimento e as respetivas alterações de uso podem ser solicitadas ao município no «Balcão do empreendedor» a partir de 2 de maio de 2013.

5 - A verificação da informação referida no artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de abril, está disponível no «Balcão do empreendedor» a partir de 9 de janeiro de 2013.»

IV – A Portaria n.º 131/2011, de 4 de Abril, foi revogada, pela Portaria 365/2015, de 16 de Outubro, sem prejuízo do disposto nos regimes específicos aplicáveis a cada um dos procedimentos tramitados no «Balcão do Empreendedor» no que respeita à sua disponibilização no mesmo.

Decreto-Lei n.º 48/2011, de 1 de Abril

O Programa do XVIII Governo Constitucional estabelece como prioridade a continuação das reformas de modernização do Estado, com o objectivo de simplificar a vida aos cidadãos e às empresas. A iniciativa «Licenciamento zero» visa dar cumprimento a esta prioridade e é um compromisso do Programa SIMPLEX de 2010 e uma das medidas emblemáticas da «Agenda Digital 2015».

Ao longo de quatro anos, o Programa SIMPLEX demonstrou que é possível melhorar a capacidade de resposta da Administração Pública, satisfazendo as necessidades dos cidadãos e das empresas de forma mais célere, eficaz e com menos custos, sem com isso desproteger outros valores, como a segurança dos negócios ou a protecção dos consumidores.

Entre muitas medidas que reduziram custos de contexto para as empresas, destacam-se:

- i) a agilização do processo de constituição de sociedades comerciais, designadamente através dos serviços «Empresa na hora» e «Empresa online»;
- ii) a simplificação do regime de exercício da actividade industrial (REAI), compreendendo o sistema de informação que permite saber antecipadamente custos e prazos para o exercício de uma actividade, enviar o pedido de forma electrónica e acompanhar o procedimento;
- iii) a concentração do cumprimento das obrigações de informação num ponto único, através da «Informação empresarial simplificada (IES)»; ou
- iv) a desmaterialização do registo da propriedade industrial. Por sua vez, serviços como a «Casa pronta» - que, segundo o relatório Doing Business 2011, do Banco Mundial, permitiu a Portugal tornar-se o país do mundo onde é mais rápido registar a propriedade de um bem imóvel -, o «Nascer cidadão», a «Segurança social directa», o «NetEmprego» ou o «eAgenda», entre outros, permitiram facilitar aos cidadãos o exercício de direitos e o cumprimento de obrigações.

Algumas das iniciativas do Programa SIMPLEX resultaram, aliás, da contribuição de cidadãos, através de comentários à consulta pública, propostas enviadas para a caixa de sugestões, ideias de funcionários públicos que concorreram ao prémio Ideia.Simplex ou opiniões registadas em estudos de avaliação, consubstanciando no seu conjunto um processo de co-produção deste Programa.

É neste contexto que se insere a iniciativa «Licenciamento zero», destinada a reduzir encargos administrativos sobre os cidadãos e as empresas, por via da eliminação de licenças, autorizações, vistorias e condicionamentos prévios para actividades específicas, substituindo-os por acções sistemáticas de fiscalização a posteriori e mecanismos de responsabilização efectiva dos promotores.

Com a iniciativa «Licenciamento zero» visa-se também desmaterializar procedimentos administrativos e modernizar a forma de relacionamento da Administração com os cidadãos e empresas, concretizando desse modo as obrigações decorrentes da Directiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, que foi transposta para a ordem jurídica interna pelo Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Julho.

Por um lado, contribui-se para a adaptação do regime jurídico das actividades de prestação de serviços aos princípios e regras previstos na directiva e, por outro, concretiza-se o princípio do balcão único electrónico, de forma que seja possível num só ponto cumprir todos os actos e formalidades necessários para aceder e exercer uma actividade de serviços, incluindo a disponibilização de meios de pagamento electrónico. Esse balcão vai estar disponível em três línguas e acessível a todas as autoridades administrativas competentes.

Para dar cumprimento a estes objectivos, o presente decreto-lei cria, em primeiro lugar, um regime simplificado para a instalação e a modificação de estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem. Assim, é substituída a permissão administrativa destes estabelecimentos por uma mera comunicação prévia, num balcão único electrónico, da informação necessária à verificação do cumprimento dos requisitos legais. A informação registada é partilhada por todas as autoridades com interesse relevante no seu conhecimento, nomeadamente para efeitos de fiscalização ou de cadastro.

Em segundo lugar, simplificam-se ou eliminam-se licenciamentos habitualmente conexos com aquele tipo de actividades económicas e fundamentais ao seu exercício - concentrando eventuais obrigações de mera comunicação prévia no mesmo balcão electrónico - tais como os relativos a:

- 1) utilização privativa do domínio público municipal para determinados fins (nomeadamente, a instalação de um toldo, de um expositor ou de outro suporte informativo, a colocação de uma floreira ou de um contentor para resíduos);
- 2) horário de funcionamento, suas alterações e respectivo mapa; e
- 3) afixação e inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, em determinados casos relacionados com a actividade do estabelecimento, sem prejuízo das regras sobre ocupação do domínio público.

A utilização privativa do espaço público é regulamentada por critérios a fixar pelos municípios, que visam assegurar a conveniente utilização pelos cidadãos e empresas daquele espaço, no âmbito da sua actividade comercial ou de prestação de serviços. É ainda reforçada a fiscalização da utilização privativa destes bens dominiais, nomeadamente através do poder concedido aos municípios para remover, destruir ou por qualquer forma inutilizar os elementos que ocupem o domínio público ilicitamente, a expensas do infractor.

Em terceiro lugar, o presente decreto-lei elimina o regime de licenciamento de exercício de outras actividades económicas, para as quais não se mostra necessário um regime de controlo prévio, tais como a venda de bilhetes para espectáculos públicos em estabelecimentos comerciais e o exercício da actividade de realização de leilões em lugares públicos.

Finalmente, em todos os regimes acima mencionados, aumenta-se a responsabilização dos agentes económicos, reforçando-se para o efeito a fiscalização e agravando-se o regime sancionatório. Elevam-se os montantes das coimas e prevê-se a aplicação de sanções acessórias que podem ser de interdição do exercício da actividade ou de encerramento do estabelecimento por um período até dois anos.

Foram ouvidas as seguintes entidades: a Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal (AHRESP), a Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal (APEMIP), a Associação Industrial Portuguesa - Câmara de Comércio e Indústria (AIP-CCI), a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a Associação Portuguesa de Bancos (APB), a Associação Portuguesa de Casinos, a Associação Portuguesa de Hotelaria, Restauração e Turismo (APHORT), a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Chinesa, a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Espanhola, a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Mexicana, a Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Angola, a Câmara Municipal de Lisboa, a Câmara Municipal do Porto, a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd), a Confederação do Turismo Português (CTP), a Confederação Empresarial de Portugal (CIP), a Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário (CPCI), a COTEC Portugal - Associação Empresarial para a Inovação, a DECO - Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor e a União Geral de Trabalhadores (UGT).

Foi promovida a audição das seguintes entidades: a Associação das Micro, Pequenas e Médias Empresas (PME Portugal), a Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria (AEP), a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), a Associação Nacional de Jovens Empresários (ANJE), a Associação Portuguesa de Empresas de Distribuição (APED), a Associação Portuguesa de Mulheres Empresárias (APME), a Associação Portuguesa de Seguradores (APS), a Câmara de Comércio Americana, a Câmara de Comércio e Indústria Árabe-Portuguesa, a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Alemã, a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Brasileira, a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Britânica, a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Francesa, a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Japonesa, a Câmara de Comércio e Indústria Luso-Marroquina, a Câmara de Comércio e Indústria Portugal-Holanda, a Câmara de Comércio Italiana em Portugal, a Câmara de

Comércio Luso-Sueca, a Câmara de Comércio Portugal-Moçambique, a Câmara de Comércio, Indústria e Turismo Portugal Cabo Verde, a Confederação do Comércio e Serviços de Portugal (CCP), a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) e a Confederação-Geral dos Trabalhadores Portugueses-Intersindical Nacional (CGTP-IN).

Assim:

No uso das autorizações legislativas concedidas pela Lei n.º 49/2010, de 12 de Novembro, e pelo artigo 147.º da Lei n.º 55-A/2010, de 31 de Dezembro, e nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 198.º da Constituição, o Governo decreta o seguinte:

CAPÍTULO I

Disposições iniciais

Artigo 1.º

Objecto

1 - O presente decreto-lei simplifica o regime de ocupação do espaço público, da afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, no âmbito da iniciativa «Licenciamento zero», destinada a reduzir encargos administrativos sobre as empresas.

2 - Para o efeito do número anterior são adoptadas as seguintes medidas:

a) Revogada;

b) É simplificado o regime da ocupação do espaço público, substituindo-se o licenciamento por uma mera comunicação prévia para determinados fins habitualmente conexos com estabelecimentos de restauração ou de bebidas, de comércio de bens, de prestação de serviços ou de armazenagem;

c) É simplificado o regime da afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial, designadamente mediante a eliminação do licenciamento da afixação e da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial em determinadas situações;

d) É eliminado o licenciamento da actividade das agências de venda de bilhetes para espectáculos públicos;

e) É eliminado o licenciamento do exercício da actividade de realização de leilões, sem prejuízo da legislação especial que regula determinados leilões;

f) Revogada;

g) Revogada.

3 - O presente decreto-lei visa ainda adequar o regime de acesso e de exercício de actividades económicas com o Decreto-Lei n.º 92/2010, de 26 de Junho, que transpõe a Directiva n.º 2006/123/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 12 de Dezembro, relativa aos serviços no mercado interno, a qual estabelece os princípios e as regras necessários para simplificar o livre acesso e exercício das actividades de serviços.

(Redacção do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 2.º

Âmbito

1 - Revogado.

2 - Revogado.

3 - Revogado.

4 - Revogado.

5 - O regime simplificado de ocupação do espaço público e dos procedimentos especiais de realização de operações urbanísticas, estabelecido pelo presente decreto-lei, aplica-se aos estabelecimentos onde se realize qualquer actividade económica.

6 - Revogado.

7 - Revogado.

8 - Revogado.

(Redacção do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 3.º
Balcão do empreendedor

1 - É criado um balcão único electrónico, designado «Balcão do empreendedor», acessível através do Portal da Empresa, nos termos a definir por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da modernização administrativa, das autarquias locais e da economia.

2 - O «Balcão do empreendedor» está igualmente acessível nas Lojas da Empresa e nos municípios que o pretendam disponibilizar, bem como em outros balcões públicos ou privados, nos termos a definir por protocolo com a Agência para a Modernização Administrativa, I. P. (AMA, I. P.).

CAPÍTULO II
Instalação, modificação e encerramento de estabelecimentos

SECÇÃO I
Regimes aplicáveis

Artigo 4.º
Regime geral

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 5.º
Dispensa de requisitos

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 6.º
Regime da prestação de serviços de restauração ou de bebidas com carácter não sedentário

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

SECÇÃO II
Regimes conexos

SUBSECÇÃO I
Operações urbanísticas

Artigo 7.º
Regime geral

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 8.º
Regime das operações urbanísticas sujeitas a comunicação prévia

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 9.º

Regime da utilização de edifício ou de fracção autónoma destinadas à instalação de um estabelecimento

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

SUBSECÇÃO II

Ocupação do espaço público

Artigo 10.º

Finalidades admissíveis

1 - O interessado na exploração de um estabelecimento deve usar o «Balcão do empreendedor» para declarar que pretende ocupar o espaço público, entendido como a área de acesso livre e de uso colectivo afecta ao domínio público das autarquias locais, para algum ou alguns dos seguintes fins:

- a) Instalação de toldo e respectiva sanefa;
- b) Instalação de esplanada aberta;
- c) Instalação de estrado e guarda-ventos;
- d) Instalação de vitrina e expositor;
- e) Instalação de suporte publicitário, nos casos em que é dispensado o licenciamento da afixação ou da inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial;
- f) Instalação de arcas e máquinas de gelados;
- g) Instalação de brinquedos mecânicos e equipamentos similares;
- h) Instalação de floreira;
- i) Instalação de contentor para resíduos.

2 - O interessado na exploração de um estabelecimento deve igualmente usar o «Balcão do empreendedor» para comunicar a cessação da ocupação do espaço público para os fins anteriormente declarados.

3 - No caso da cessação da ocupação do espaço público resultar do encerramento do estabelecimento, dispensa-se a comunicação referida no número anterior, bastando para esse efeito a mencionada no n.º 6 do [artigo 4.º](#).

4 - A ocupação do espaço público para fins distintos dos mencionados no n.º 1 segue o regime geral de ocupação do domínio público das autarquias locais.

5 - Para garantir maior certeza jurídica na ocupação do espaço público, os tipos de mobiliário urbano que mais frequentemente são instalados, projectados ou apoiados no espaço público são definidos no anexo ii do presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

Artigo 11.º

Critérios de ocupação do espaço público

1 - Para os efeitos referidos no artigo anterior, compete aos municípios a definição dos critérios a que deve estar sujeita a ocupação do espaço público para salvaguarda da segurança, do ambiente e do equilíbrio urbano.

2 - Os critérios referidos no número anterior devem procurar garantir que a ocupação do espaço público respeite as seguintes regras:

- a) Não provocar obstrução de perspectivas panorâmicas ou afectar a estética ou o ambiente dos lugares ou da paisagem;
- b) Não prejudicar a beleza ou o enquadramento de monumentos nacionais, de edifícios de interesse público ou outros susceptíveis de ser classificados pelas entidades públicas;
- c) Não causar prejuízos a terceiros;
- d) Não afectar a segurança das pessoas ou das coisas, nomeadamente na circulação rodoviária ou ferroviária;
- e) Não apresentar disposições, formatos ou cores que possam confundir-se com os da sinalização de tráfego;

f) Não prejudicar a circulação dos peões, designadamente dos cidadãos portadores de deficiência.

3 - O disposto no presente artigo não impede o município de proibir a ocupação do espaço público, para algum ou alguns dos fins previstos no artigo anterior, em toda a área do município ou apenas em parte dela.

4 - No caso de o município não definir os critérios a que deve estar sujeita a ocupação do espaço público nem a proibir nos termos do número anterior, aplicam-se subsidiariamente os critérios referidos no anexo iv do presente decreto-lei, do qual faz parte integrante.

5 - Sempre que exista interesse relevante, podem ser definidos critérios adicionais por outras entidades com jurisdição sobre a área do espaço público a ocupar, nomeadamente:

- a) O Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I. P.;
- b) A Estradas de Portugal, S. A.;
- c) O Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres, I. P.;
- d) O Turismo de Portugal, I. P.;
- e) O Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P.;
- f) A Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária.

6 - Os critérios adicionais que vierem a ser definidos, nos termos do número anterior, devem ser imediatamente comunicados à Direcção-Geral das Autarquias Locais, bem como aos municípios, para efeitos da sua incorporação nos respectivos regulamentos municipais.

7 - Os critérios elaborados nos termos dos números anteriores apenas produzem efeitos depois de estarem disponíveis para consulta no «Balcão do empreendedor».

Artigo 12.º

Regimes aplicáveis à ocupação do espaço público

1 - Sem prejuízo dos critérios definidos pelo município nos termos do artigo anterior, aplica-se o regime da mera comunicação prévia à declaração referida no n.º 1 do [artigo 10.º](#) se as características e localização do mobiliário urbano respeitarem os seguintes limites:

- a) No caso dos toldos e das respectivas sanefas, das floreiras, das vitrinas, dos expositores, das arcas e máquinas de gelados, dos brinquedos mecânicos e dos contentores para resíduos, quando a sua instalação for efectuada junto à fachada do estabelecimento;
- b) No caso das esplanadas abertas, quando a sua instalação for efectuada em área contígua à fachada do estabelecimento e a ocupação transversal da esplanada não exceder a largura da fachada do respectivo estabelecimento;
- c) No caso dos guarda-ventos, quando a sua instalação for efectuada junto das esplanadas, perpendicularmente ao plano marginal da fachada e o seu avanço não ultrapassar o da esplanada;
- d) No caso dos estrados, quando a sua instalação for efectuada como apoio a uma esplanada e não exceder a sua dimensão;
- e) No caso dos suportes publicitários:
 - i) Quando a sua instalação for efectuada na área contígua à fachada do estabelecimento e não exceder a largura da mesma; ou
 - ii) Quando a mensagem publicitária for afixada ou inscrita na fachada ou em mobiliário urbano referido nas alíneas anteriores.

2 - A mera comunicação prévia referida no número anterior consiste numa declaração que permite ao interessado proceder imediatamente à ocupação do espaço público, após o pagamento das taxas devidas.

3 - Sem prejuízo de outros elementos identificados em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da modernização administrativa, das autarquias locais e da economia, a mera comunicação prévia referida nos números anteriores contém:

- a) A identificação do titular da exploração do estabelecimento, com menção do nome ou firma e do número de identificação fiscal;
- b) O endereço da sede da pessoa coletiva ou do empresário em nome individual;
- c) O endereço do estabelecimento ou armazém e o respetivo nome ou insígnia;
- d) A indicação do fim pretendido com a ocupação do espaço público;
- e) A identificação das características e da localização do mobiliário urbano a colocar;
- f) A declaração do titular da exploração de que respeita integralmente as obrigações legais e regulamentares sobre a ocupação do espaço público.

4 - Sem prejuízo da observância dos critérios definidos no artigo anterior, no caso em que as características e a localização do mobiliário urbano não respeitarem os limites referidos no n.º 1, a ocupação do espaço público está sujeita a autorização, nos termos dos números seguintes.

5 - Sem prejuízo de outros elementos identificados em portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da modernização administrativas, das autarquias locais e da economia, o pedido de autorização referido no número anterior deve ser apresentado no «Balcão do empreendedor», com a indicação dos elementos constantes das alíneas a) a e) do n.º 3, ser acompanhado do pagamento das taxas devidas, identificar o equipamento que não cumpre os limites referidos no n.º 1 e conter a respetiva fundamentação.

6 - Revogado.

7 - O titular da exploração do estabelecimento é obrigado a manter atualizados, através do «Balcão do empreendedor», todos os dados comunicados, devendo proceder a essa atualização no prazo máximo de 60 dias após a ocorrência de qualquer modificação.

8 - Sem prejuízo da observância dos critérios definidos nos termos do artigo anterior, a mera comunicação prévia efetuada nos termos do [artigo 10.º](#) dispensa a prática de quaisquer outros atos permissivos relativamente à ocupação do espaço público, designadamente a necessidade de obter autorização ou celebrar um contrato de concessão.

9 - Sem prejuízo da obtenção da autorização exigida, o município pode ordenar a remoção do mobiliário urbano que ocupar o espaço público quando, por razões de interesse público devidamente fundamentadas, tal se afigure necessário.

(Redação do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 13.º

Domínio público hídrico, ferroviário e rodoviário

O disposto na presente subsecção não prejudica o regime legal aplicável ao domínio público hídrico, nomeadamente o domínio público hídrico pertencente aos municípios e freguesias estabelecido nas Leis n.os 54/2005, de 15 de Novembro, e 58/2005, de 29 de Dezembro, bem como o regime legal aplicável ao domínio público ferroviário, estabelecido no Decreto-Lei n.º 276/2003, de 4 de Novembro, e o regime legal aplicável ao domínio público rodoviário, constante dos Decretos-Leis n.os 13/71, de 23 de Janeiro, e 13/94, de 15 de Janeiro.

SUBSECÇÃO III

Cadastro comercial

Artigo 14.º

Regime de inscrição no cadastro comercial

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

SUBSECÇÃO IV

Procedimentos, títulos e outros pedidos, comunicações, notificações e registos

Artigo 15.º

Procedimento do pedido de autorização

1 - A câmara municipal competente analisa o pedido de autorização mencionado nos n.os 4 e 5 do [artigo 12.º](#), no prazo de 20 dias a contar da receção do requerimento e a sua conformidade com as disposições legais e regulamentares em vigor, comunicando ao requerente, através do «Balcão do empreendedor»:

- a) O despacho de deferimento;
- b) O despacho de indeferimento, o qual contém a identificação das desconformidades do pedido com as disposições legais e regulamentares aplicáveis e cujo cumprimento não é dispensado.

2 - O pedido de autorização considera-se tacitamente deferido caso a câmara municipal não se pronuncie dentro do prazo mencionado no número anterior.

(Redação do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 16.º
Títulos

O comprovativo eletrónico de entrega no «Balcão do empreendedor» das meras comunicações prévias, acompanhado do comprovativo do pagamento das quantias eventualmente devidas, dos pedidos de autorização e das demais comunicações previstas no presente decreto-lei é, para todos os efeitos, prova única admissível do cumprimento dessas obrigações, sem prejuízo das situações de indisponibilidade da tramitação eletrónica dos procedimentos no «Balcão do empreendedor» ou de inacessibilidade deste.

(Redacção do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 17.º
Outros pedidos, comunicações, notificações e registos

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

SECÇÃO III
Taxas

Artigo 18.º
Divulgação das taxas no «Balcão do empreendedor»

1 - As taxas devidas pelo procedimento ou a fórmula do seu cálculo são determinadas por cada município e divulgadas pelos mesmos no «Balcão do empreendedor».

2 - Quando esteja em causa a utilização do espaço público, as taxas referidas no número anterior podem ser devidas pela utilização durante um determinado período de tempo.

3 - A falta de introdução por um município da informação referida nos números anteriores determina que não seja devida qualquer taxa.

4 - A liquidação do valor das taxas é efectuada automaticamente no «Balcão do empreendedor», salvo nos seguintes casos em que os elementos necessários à realização do pagamento por via electrónica podem ser disponibilizados pelo município nesse balcão, no prazo de cinco dias após a comunicação ou o pedido:

- a) Taxas devidas pelos procedimentos respeitantes a operações urbanísticas;
- b) Taxas devidas pela ocupação do espaço público cuja forma de determinação não resulta automaticamente do «Balcão do empreendedor».

Artigo 19.º
Pagamento de taxas

As taxas devidas no âmbito do regime previsto no presente capítulo devem poder ser pagas por via electrónica junto dos destinatários, designadamente dos municípios.

SECÇÃO IV
Verificação da informação e protecção de dados

Artigo 20.º
Verificação da informação

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 21.º

Entidade competente para a organização e manutenção dos registos sectoriais de comércio e serviços

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 22.º

Dados pessoais

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 23.º

Segurança da informação

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 24.º

Conservação dos dados

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

SECÇÃO V

Fiscalização e regime sancionatório

Artigo 25.º

Fiscalização

A fiscalização do cumprimento das regras estabelecidas no presente capítulo compete aos municípios, sem prejuízo das competências das demais entidades, nos termos da lei.

(Redacção do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 26.º

Ocupação ilícita do espaço público

1 - Os municípios podem, notificado o infractor, remover ou por qualquer forma inutilizar os elementos que ocupem o espaço público em violação das disposições no presente capítulo.

2 - Os municípios, notificado o infractor, são igualmente competentes para embargar ou demolir obras quando contrariem o disposto no presente capítulo.

Artigo 27.º

Custos da remoção

Os encargos com a remoção de elementos que ocupem o espaço público, ainda que efectuada por serviços públicos, são suportados pela entidade responsável pela ocupação ilícita.

Artigo 28.º

Regime sancionatório

1 - Sem prejuízo da punição pela prática de crime de falsas declarações e do disposto noutras disposições legais, constitui contraordenação:

- a) A emissão de uma declaração a atestar o cumprimento das obrigações legais e regulamentares, ao abrigo do disposto na alínea f) do n.º 3 do [artigo 12.º](#), que não corresponda à verdade, punível com coima de € 1 000,00 a € 7 000,00, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 3 000,00 a € 25 000,00, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;
- b) A não realização da comunicação prévia prevista no n.º 1 do [artigo 10.º](#), punível com coima de € 700,00 a € 5 000,00, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 2 000,00 a € 15 000,00, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;
- c) A falta, não suprida em 10 dias após notificação eletrónica, de algum elemento essencial da mera comunicação prévia prevista no n.º 1 do [artigo 10.º](#), punível com coima de € 400,00 a € 2 000,00, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 1 000,00 a € 5 000,00, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;
- d) A não atualização dos dados prevista no n.º 7 do [artigo 12.º](#), punível com coima de € 300,00 a € 1 500,00, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 800,00 a € 4 000,00, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;
- e) O cumprimento fora do prazo do disposto no n.º 7 do [artigo 12.º](#), punível com coima de € 100,00 a € 500,00, tratando-se de uma pessoa singular, ou de € 400,00 a € 2 000,00, no caso de se tratar de uma pessoa coletiva;
- f) Revogada.

2 - A negligência é sempre punível nos termos gerais.

3 - Revogado.

4 - A instrução dos processos cabe aos municípios, cabendo a aplicação da coima ao presidente da câmara municipal.

(Redacção do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 29.º

Produto das coimas

1 - Revogado.

2 - O produto das coimas apreendido nos processos de contraordenação reverte na totalidade para os municípios respetivos.

(Redacção do Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 30.º

Sanções acessórias

1 - Em função da gravidade da infracção e da culpa do agente, simultaneamente com a coima, podem ser aplicadas as sanções acessórias de encerramento de estabelecimento e de interdição do exercício de actividade, com os seguintes pressupostos de aplicação:

- a) A interdição do exercício de actividade apenas pode ser decretada se o agente praticar a contra-ordenação com flagrante e grave abuso da função que exerce ou com manifesta e grave violação dos deveres que lhe são inerentes;
- b) O encerramento do estabelecimento apenas pode ser decretado quando a contra-ordenação tenha sido praticada por causa do funcionamento do estabelecimento.

2 - A duração da interdição do exercício de actividade e do encerramento do estabelecimento não pode exceder o período de dois anos.

CAPÍTULO III

Alterações legislativas

Artigo 31.º

Alteração à Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto

Os artigos 1.º, 2.º e 4.º da Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto, alterada pela Lei n.º 23/2000, de 23 de Agosto, passam a ter a seguinte redacção:

(Nota: As alterações foram inseridas no local próprio)

Artigo 32.º

Aditamento à Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto

São aditados à Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto, alterada pela Lei n.º 23/2000, de 23 de Agosto, os artigos 3.º-A e 10.º-A, com a seguinte redacção:

(Nota: As alterações foram inseridas no local próprio)

Artigo 33.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio

Os artigos 4.º e 5.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio, alterado pelos Decretos-Leis n.os 126/96, de 10 de Agosto, e 111/2010, de 15 de Outubro, passam a ter a seguinte redacção:

(Nota: As alterações foram inseridas no local próprio)

Artigo 34.º

Aditamento ao Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio

É aditado ao Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio, o artigo 4.º-A, com a seguinte redacção:

(Nota: As alterações foram inseridas no local próprio)

Artigo 35.º

Alteração ao Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro

Os artigos 1.º, 35.º, 36.º e 47.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro, passam a ter a seguinte redacção:

(Nota: As alterações foram inseridas no local próprio)

Artigo 36.º

Alteração à organização sistemática ao Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro

É alterada a epígrafe do capítulo viii, que contém os artigos 35.º a 38.º, que passa a designar-se «Regime do exercício da actividade de exploração de máquinas de diversão».

CAPÍTULO VI

Disposições finais e transitórias

Artigo 37.º

Identificação clara das obrigações

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 38.º
Aplicação às regiões autónomas

Os actos e os procedimentos necessários à execução do presente decreto-lei nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira competem às entidades das respectivas administrações regionais com atribuições e competências nas matérias em causa.

Artigo 39.º
Norma transitória

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 40.º
Requisitos dos estabelecimentos de restauração ou de bebidas

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 41.º
Norma revogatória

São revogados:

- a) A alínea d) do n.º 2 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 122/79, de 8 de Maio;
- b) O Decreto-Lei n.º 339/85, de 21 de Agosto;
- c) O n.º 1 do artigo 5.º e o artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio;
- d) O Decreto-Lei n.º 462/99, de 5 de Novembro;
- e) A Portaria n.º 1024-A/99, de 19 de Novembro;
- f) O n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 309/2002, de 16 de Dezembro;
- g) A alínea i) do artigo 1.º, o n.º 2 do artigo 35.º, os artigos 37.º e 41.º e as alíneas j) e m) do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 310/2002, de 18 de Dezembro;
- h) A Portaria n.º 144/2003, de 14 de Fevereiro;
- i) O Decreto-Lei n.º 234/2007, de 19 de Junho;
- j) Os artigos 1.º a 12.º e 14.º e 15.º do Decreto-Lei n.º 259/2007, de 17 de Julho;
- l) A portaria n.º 573/2007, de 17 de Julho (2.ª série);
- m) A Portaria n.º 789/2007, de 23 de Julho;
- n) A Portaria n.º 790/2007, de 23 de Julho;
- o) A Portaria n.º 791/2007, de 23 de Julho;
- p) O Decreto Regulamentar n.º 20/2008, de 27 de Novembro.

Artigo 42.º
Produção de efeitos

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

Artigo 43.º
Republicação

É republicado no anexo v do presente decreto-lei, do qual faz parte integrante, o Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio, com a redacção actual.

Artigo 44.º
Entrada em vigor

O presente decreto-lei entra em vigor no 1.º dia útil do mês seguinte ao da sua publicação.

Visto e aprovado em Conselho de Ministros de 27 de Janeiro de 2011.

José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa - João Titterington Gomes Cravinho - Fernando Teixeira dos Santos - Manuel Pedro Cunha da Silva Pereira - Augusto Ernesto Santos Silva - Rui Carlos Pereira - José Manuel Santos de Magalhães - José António Fonseca Vieira da Silva - António Manuel Soares Serrano - António Augusto da Ascensão Mendonça - Dulce dos Prazeres Fidalgo Álvaro Pássaro - Maria Helena dos Santos André - Ana Maria Teodoro Jorge - Maria Isabel Girão de Melo Veiga Vilar - José Mariano Rebelo Pires Gago - Maria Gabriela da Silveira Ferreira Canavilhas - Jorge Lacão Costa.

Promulgado em 2 de Março de 2011.

Publique-se.

O Presidente da República, Aníbal Cavaco Silva.

Referendado em 7 de Março de 2011.

O Primeiro-Ministro, José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa.

ANEXO I
(a que refere o [artigo 2.º](#))

Listas de CAE (Rev. 3)

Lista A
Estabelecimentos de comércio
(a que se refere o n.º 1 do [artigo 2.º](#))

Comércio por grosso - Secção G, divisão 46, subclasses

46311 Comércio por grosso de fruta e de produtos hortícolas, excepto batata.

46312 Comércio por grosso de batata.

46320 Comércio por grosso de carne e produtos à base de carne que não exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril.

46331 Comércio por grosso de leite, seus derivados e ovos que não exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril.

46332 Comércio por grosso de azeite, óleos e gorduras alimentares que não exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril.

46341 Comércio por grosso de bebidas alcoólicas.

46342 Comércio por grosso de bebidas não alcoólicas.

46361 Comércio por grosso de açúcar.

46362 Comércio por grosso de chocolate e de produtos de confeitaria.

46370 Comércio por grosso de café, chá, cacau e especiarias.

46381 Comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos que não exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril.

46382 Comércio por grosso de outros produtos alimentares, n. e. que não exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril.

- 46390 Comércio por grosso não especializado de produtos alimentares, de bebidas e tabaco.
- 46732 Comércio por grosso de tintas e vernizes para a construção (CAE parcial).
- 46750 Comércio por grosso de produtos químicos.
- 46762 Comércio por grosso de outros bens intermédios, n. e.

Comércio a retalho - Secção G, divisão 47, subclasses

- 47111 Comércio a retalho em supermercados e hipermercados.
- 47112 Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, com predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco.
- 47191 Comércio a retalho não especializado, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco, em grandes armazéns e similares.
- 47192 Comércio a retalho em outros estabelecimentos não especializados, sem predominância de produtos alimentares, bebidas ou tabaco.
- 47210 Comércio a retalho de frutas e produtos hortícolas, em estabelecimentos especializados.
- 47220 Comércio a retalho de carne e produtos à base de carne, em estabelecimentos especializados.
- 47230 Comércio a retalho de peixe, crustáceos e moluscos, em estabelecimentos especializados.
- 47240 Comércio a retalho de pão, de produtos de pastelaria e de confeitaria, em estabelecimentos especializados.
- 47250 Comércio a retalho de bebidas, em estabelecimentos especializados.
- 47291 Comércio a retalho de leite e de derivados, em estabelecimentos especializados.
- 47292 Comércio a retalho de produtos alimentares, naturais e dietéticos, em estabelecimentos especializados.
- 47293 Outro comércio a retalho de produtos alimentares, em estabelecimentos especializados, n. e.
- 47522 Comércio a retalho de tintas, vernizes e produtos similares, em estabelecimentos especializados.
- 47761 Comércio a retalho de fertilizantes fitossanitários para plantas e flores, em estabelecimentos especializados (CAE parcial).
- 47762 Comércio a retalho de animais de companhia e respectivos alimentos, em estabelecimentos especializados.
- 47784 Comércio a retalho de artigos de droguaria (CAE parcial).

Lista B

Estabelecimentos de prestação de serviços
(a que se refere o n.º 1 do [artigo 2.º](#))

Estabelecimentos de prestação de serviços cujo funcionamento pode envolver riscos para a saúde e para a segurança das pessoas

- 45200 Oficinas de manutenção e reparação de veículos automóveis.
- 45402 Oficinas de manutenção e reparação de motociclos e de ciclomotores.
- 96010 Lavandarias e tinturarias.
- 96021 Salões de cabeleireiro.
- 96022 Institutos de beleza.
- 96040 Centros de bronzamento artificial.
- 96091 Colocação de piercings e tatuagens.
- Estabelecimentos de restauração ou de bebidas
- 5610 Restaurantes (inclui actividades de restauração em meios móveis).
- 5630 Estabelecimentos de bebidas.

Lista C

Armazéns
(a que se refere o n.º 1 do [artigo 2.º](#))

- 52101 Armazenagem frigorífica de géneros alimentícios que não exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril.
- 52102 Armazenagem não frigorífica de géneros alimentícios (CAE parcial).

Lista D

Operações industriais realizadas em estabelecimentos comerciais especializados ou em secções acessórias de estabelecimentos comerciais
(a que se refere a alínea a) do n.º 2 do [artigo 2.º](#))

Secção C, divisão 10, subclasses

10130 Fabricação de produtos à base de carne.
10201 Preparação de produtos da pesca e da aquicultura.
10203 Conservação de produtos da pesca.
10320 Fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas.
10520 Fabricação de gelados e sorvetes.
10711 Panificação.
10712 Pastelaria.
10720 Fabricação de bolachas, biscoitos, tostas e pastelaria de conservação.
10393 Fabricação de doces, compotas, geleias e marmeladas.
10395 Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos.

Secção D, divisão 35, subclasses

35302 Produção de gelo.

Lista E

Estabelecimentos de restauração ou de bebidas que disponham de instalações destinadas ao fabrico próprio de pastelaria, panificação, gelados e actividades industriais similares ou que vendam produtos alimentares a que corresponda alguma das CAE previstas na divisão 10 da secção C, na secção D e na secção I do anexo i do Decreto-Lei n.º 209/2008, de 29 de Outubro.
(a que se refere a alínea b) do n.º 2 do [artigo 2.º](#))

Secção C, divisão 10, subclasses

10130 Fabricação de produtos à base de carne.
10201 Preparação de produtos da pesca e da aquicultura.
10202 Congelação de produtos da pesca e da aquicultura.
10203 Conservação de produtos da pesca e da aquicultura em azeite e outros óleos vegetais e outros molhos.
10204 Salga, secagem e outras actividades de transformação de produtos da pesca e aquicultura.
10310 Preparação e conservação de batatas.
10320 Fabricação de sumos de frutos e de produtos hortícolas.
10391 Congelação de frutos e de produtos hortícolas.
10392 Secagem e desidratação de frutos e de produtos hortícolas.
10393 Fabricação de doces, compotas, geleias e marmelada.
10394 Descasque e transformação de frutos de casca rija comestíveis.
10395 Preparação e conservação de frutos e de produtos hortícolas por outros processos.
10411 Produção de óleos e gorduras animais brutos.
10412 Produção de azeite.
10413 Produção de óleos vegetais brutos (excepto azeite).
10414 Refinação de azeite, óleos e gorduras.
10420 Fabricação de margarinas e de gorduras alimentares similares.
10510 Indústrias do leite e derivados.
10520 Fabricação de gelados e sorvetes.
10611 Moagem de cereais.
10612 Descasque, branqueamento e outros tratamentos do arroz.
10613 Transformação de cereais e leguminosas, n. e.
10620 Fabricação de amidos, féculas e produtos afins.
10711 Panificação.
10712 Pastelaria.
10720 Fabricação de bolachas, biscoitos, tostas e pastelaria de conservação.
10730 Fabricação de massas alimentícias, cuscuz e similares.
10810 Indústria do açúcar.

- 10821 Fabricação de cacau e de chocolate.
- 10822 Fabricação de produtos de confeitaria.
- 10830 Indústria do café e do chá.
- 10840 Fabricação de condimentos e temperos.
- 10850 Fabricação de refeições e pratos pré-cozinhados.
- 10860 Fabricação de alimentos homogeneizados e dietéticos.
- 10891 Fabricação de fermentos, leveduras e adjuvantes para panificação e pastelaria.
- 10892 Fabricação de caldos, sopas e sobremesas.
- 10893 Fabricação de outros produtos alimentares diversos, n. e.

Secção D, divisão 35, subclasses

- 35302 Produção de gelo

Secção I, divisão 56, subclasses

- 56210 Fornecimento de refeições para eventos (apenas quando o local de preparação das refeições não é o local onde decorrem os eventos).
- 56290 Outras actividades de serviço de refeições (apenas actividade de preparação de refeições para fornecimento e consumo em local distinto do local de preparação).

Lista F

Estabelecimentos de comércio
(a que se refere a alínea a) do n.º 3 do [artigo 2.º](#))

Comércio de veículos automóveis, motociclos, suas peças e acessórios - Secção G, divisão 45, subclasses

- 45110 Comércio de veículos automóveis ligeiros.
- 45190 Comércio de outros veículos automóveis.
- 45310 Comércio por grosso de peças e acessórios para veículos automóveis.
- 45320 Comércio a retalho de peças e acessórios para veículos automóveis.
- 45401 Comércio por grosso e a retalho de motociclos, de suas peças e acessórios.

Comércio por grosso - Secção G, divisão 46, subclasses

- 46211 Comércio por grosso de alimentos para animais.
- 46212 Comércio por grosso de tabaco em bruto.
- 46213 Comércio por grosso de cortiça em bruto.
- 46214 Comércio por grosso de cereais, sementes, leguminosas, oleaginosas e outras matérias-primas agrícolas.
- 46220 Comércio por grosso de flores e plantas.
- 46230 Comércio por grosso de animais vivos.
- 46240 Comércio por grosso de peles e couro.
- 46320 Comércio por grosso de carne e produtos à base de carne que exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril.
- 46331 Comércio por grosso de leite, seus derivados e ovos que exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril.
- 46332 Comércio por grosso de gorduras alimentares que exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril.
- 46350 Comércio por grosso de tabaco.
- 46381 Comércio por grosso de peixe, crustáceos e moluscos que exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril.
- 46382 Comércio por grosso de outros produtos alimentares, n. e. que exijam condições de temperatura controlada nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 4.º do Regulamento (CE) n.º 853/2004, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Abril.

46410 Comércio por grosso de têxteis.
 46421 Comércio por grosso de vestuário e de acessórios.
 46422 Comércio por grosso de calçado.
 46430 Comércio por grosso de electrodomésticos, aparelhos de rádio e de televisão.
 46441 Comércio por grosso de louças em cerâmica e em vidro.
 46442 Comércio por grosso de produtos de limpeza.
 46450 Comércio por grosso de perfumes e de produtos de higiene.
 46460 Comércio por grosso de produtos farmacêuticos.
 46470 Comércio por grosso de móveis para uso doméstico, carpetes, tapetes e artigos de iluminação.
 46480 Comércio por grosso de relógios e de artigos de ourivesaria e joalharia.
 46491 Comércio por grosso de artigos de papelaria.
 46492 Comércio por grosso de livros, revistas e jornais.
 46493 Comércio por grosso de brinquedos, jogos e artigos de desporto.
 46494 Outro comércio por grosso de bens de consumo, n. e.
 46510 Comércio por grosso de computadores, equipamentos periféricos e programas informáticos.
 46520 Comércio por grosso de equipamentos electrónicos, de telecomunicações e suas partes.
 46610 Comércio por grosso de máquinas e equipamentos agrícolas.
 46620 Comércio por grosso de máquinas-ferramentas.
 46630 Comércio por grosso de máquinas para a indústria extractiva, construção e engenharia civil.
 46640 Comércio por grosso de máquinas para a indústria têxtil, máquinas de costura e de tricotar.
 46650 Comércio por grosso de mobiliário de escritório.
 46660 Comércio por grosso de outras máquinas e material de escritório.
 46690 Comércio por grosso de outras máquinas e equipamentos.
 46711 Comércio por grosso de produtos petrolíferos.
 46712 Comércio por grosso de combustíveis sólidos, líquidos e gasosos, não derivados do petróleo.
 46720 Comércio por grosso de minérios e de metais.
 46731 Comércio por grosso de madeira em bruto e de produtos derivados.
 46732 Comércio por grosso de materiais de construção (excepto madeira) e equipamento sanitário (com exclusão de tintas e vernizes iteradas na lista A do presente anexo).
 46740 Comércio por grosso de ferragens, ferramentas manuais e artigos para canalizações e aquecimento.
 46761 Comércio por grosso de fibras têxteis naturais, artificiais e sintéticas.
 46771 Comércio por grosso de sucatas e de desperdícios metálicos.
 46772 Comércio por grosso de desperdícios têxteis, de cartão e papéis velhos.
 46773 Comércio por grosso de desperdícios de materiais, n. e.
 46900 Comércio por grosso não especializado.

Comércio a retalho - Secção G, divisão 47, subclasses

47260 Comércio a retalho de tabaco, em estabelecimentos especializados.
 47300 Comércio a retalho de combustível para veículos a motor, em estabelecimentos especializados.
 47410 Comércio a retalho de computadores, unidades periféricas e programas informáticos, em estabelecimentos especializados.
 47420 Comércio a retalho de equipamento de telecomunicações, em estabelecimentos especializados.
 47430 Comércio a retalho de equipamento audiovisual, em estabelecimentos especializados.
 47510 Comércio a retalho de têxteis, em estabelecimentos especializados,
 47521 Comércio a retalho de ferragens e de vidro plano, em estabelecimentos especializados.
 47523 Comércio a retalho de material de bricolage, equipamento sanitário, ladrilhos e materiais similares, em estabelecimentos especializados.
 47530 Comércio a retalho de carpetes, tapetes, cortinados e revestimentos para paredes e pavimentos, em estabelecimentos especializados.
 47540 Comércio a retalho de electrodomésticos, em estabelecimentos especializados.
 47591 Comércio a retalho de mobiliário e artigos de iluminação, em estabelecimentos especializados.
 47592 Comércio a retalho de louças, cutelaria e de outros artigos similares para uso doméstico, em estabelecimentos especializados.
 47593 Comércio a retalho de outros artigos para o lar, n. e., em estabelecimentos especializados.
 47610 Comércio a retalho de livros, em estabelecimentos especializados.
 47620 Comércio a retalho de jornais, revistas e artigos de papelaria, em estabelecimentos especializados.

- 47630 Comércio a retalho de discos, CD, DVD, cassetes e similares, em estabelecimentos especializados.
- 47640 Comércio a retalho de artigos de desporto, de campismo e lazer, em estabelecimentos especializados.
- 47650 Comércio a retalho de jogos e brinquedos, em estabelecimentos especializados.
- 47711 Comércio a retalho de vestuário para adultos, em estabelecimentos especializados.
- 47712 Comércio a retalho de vestuário para bebés e crianças, em estabelecimentos especializados.
- 47721 Comércio a retalho de calçado, em estabelecimentos especializados.
- 47722 Comércio a retalho de marroquinaria e artigos de viagem, em estabelecimentos especializados.
- 47730 Comércio a retalho de produtos farmacêuticos, em estabelecimentos especializados.
- 47740 Comércio a retalho de produtos médicos e ortopédicos, em estabelecimentos especializados.
- 47750 Comércio a retalho de produtos cosméticos e de higiene, em estabelecimentos especializados.
- 47761 Comércio a retalho de flores, plantas e sementes em estabelecimentos especializados (com exclusão dos estabelecimentos de fertilizantes fitossanitários para flores e plantas integrados na lista A do presente anexo).
- 47770 Comércio a retalho de relógios e de artigos de ourivesaria e joalheria, em estabelecimentos especializados.
- 47781 Comércio a retalho de máquinas e de outro material de escritório, em estabelecimentos especializados.
- 47782 Comércio a retalho de material óptico, fotográfico, cinematográfico e de instrumentos de precisão, em estabelecimentos especializados.
- 47783 Comércio a retalho de combustíveis para uso doméstico, em estabelecimentos especializados.
- 47784 Comércio a retalho de outros produtos novos, em estabelecimentos especializados, n. e. (com exclusão dos estabelecimentos de artigos de droguaria iterados na lista A do presente anexo).
- 47790 Comércio a retalho de artigos em segunda mão, em estabelecimentos especializados.

Lista G

Actividades de comércio sem estabelecimento
(a que se refere a alínea b) do n.º 3 do [artigo 2.º](#))

Distribuidores grossistas enquadrados no Grupo 463 com excepção da CAE 46350 Comércio por grosso de tabaco

- 47810 Comércio a retalho em bancas de mercados municipais, de produtos alimentares e de bebidas (CAE parcial).
- 47820 Comércio a retalho em bancas de mercados municipais de têxteis, vestuário, calçado, malas e similares (CAE parcial).
- 47890 Comércio a retalho em bancas de mercados municipais, de outros produtos (CAE parcial).
- 47910 Comércio a retalho por correspondência ou via Internet.
- 47990 Comércio a retalho por outros métodos, não efectuado em estabelecimentos, bancas, feiras ou unidades móveis de venda.

ANEXO II

(a que se referem os n.os 4 do artigo 2.º e 5 do [artigo 10.º](#))

Definições

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

ANEXO III

[a que se refere a alínea f) do n.º 3 do [artigo 4.º](#)]

Requisitos que devem observar as instalações e equipamentos dos estabelecimentos comerciais, de prestação de serviços e armazéns para o seu funcionamento

Revogado.

(Revogado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015, de 16 de Janeiro, com início de vigência a 1 de Março de 2015)

ANEXO IV

(a que referem os n.os 4 do [artigo 11.º](#) e 6 do artigo 1.º da Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto)

CrITÉRIOS subsidiÁRIOS a observar na ocupaÇão do espaço público e na afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial

CAPÍTULO I **Disposições gerais**

Artigo 1.º **Objecto**

O presente anexo estabelece os critérios subsidiários a que está sujeita a ocupação do espaço público e a afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias de natureza comercial não sujeitas a licenciamento, nos termos previstos no n.º 3 do artigo 1.º da Lei n.º 97/88, de 17 de Agosto.

Artigo 2.º **Princípios gerais de ocupação do espaço público**

Sem prejuízo das regras contidas no n.º 2 do [artigo 11.º](#) do presente decreto-lei, a ocupação do espaço público não pode prejudicar:

- a) A saúde e o bem-estar de pessoas, designadamente por ultrapassar níveis de ruído acima dos admissíveis por lei;
- b) O acesso a edifícios, jardins e praças;
- c) A circulação rodoviária e pedonal, designadamente de pessoas com mobilidade reduzida;
- d) A qualidade das áreas verdes, designadamente por contribuir para a sua degradação ou por dificultar a sua conservação;
- e) A eficácia da iluminação pública;
- f) A eficácia da sinalização de trânsito;
- g) A utilização de outro mobiliário urbano;
- h) A acção dos concessionários que operam   superfície ou no subsolo;
- i) O acesso ou a visibilidade de imóveis classificados ou em vias de classificação ou onde funcionem hospitais, estabelecimentos de saúde, de ensino ou outros serviços públicos, locais de culto, cemitérios, elementos de estatuária e arte pública, fontes, font n rios e chafarizes;
- j) Os direitos de terceiros.

Artigo 3.º **Princípios gerais de inscrição e afixação de publicidade**

1 - Salvo se a mensagem publicitária se circunscrever   identificação da actividade exercida no imóvel ou daquele que a exerce, não é permitida afixação ou inscrição de mensagens publicitárias em edifícios ou monumentos de interesse histórico, cultural, arquitectónico ou paisagístico, designadamente:

- a) Os imóveis classificados ou em vias de classificação, nomeadamente os de interesse público, nacional ou municipal;
- b) Os imóveis contemplados com pr mios de arquitectura.

2 - A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias não é permitida sempre que possa causar danos irreparáveis nos materiais de revestimento exterior dos edifícios e que os suportes utilizados prejudiquem o ambiente, afectem a est tica ou a salubridade dos lugares ou causem danos a terceiros, nomeadamente quando se trate de:

- a) Faixas de pano, plástico, papel ou outro material semelhante;
- b) Pintura e colagem ou afixação de cartazes nas fachadas dos edifícios ou em qualquer outro mobiliário urbano;
- c) Suportes que excedam a frente do estabelecimento.

3 - A publicidade sonora deve respeitar os limites impostos pela legislação aplicável a actividades ruidosas.

4 - A afixação ou a inscrição de mensagens publicitárias não pode prejudicar a segurança de pessoas e bens, designadamente:

- a) Afectar a iluminação pública;
- b) Prejudicar a visibilidade de placas toponímicas, semáforos e sinais de trânsito;
- c) Afectar a circulação de peões, especialmente dos cidadãos com mobilidade reduzida.

Artigo 4.º

Deveres dos titulares dos suportes publicitários

Constituem deveres do titular do suporte publicitário:

- a) Cumprir as condições gerais e específicas a que a afixação e a inscrição de mensagens publicitárias estão sujeitas;
- b) Conservar o suporte, bem como a mensagem, em boas condições de conservação e segurança;
- c) Eliminar quaisquer danos em bens públicos resultantes da afixação ou inscrição da mensagem publicitária.

CAPÍTULO II

Condições de instalação de mobiliário urbano

Artigo 5.º

Condições de instalação e manutenção de um toldo e da respectiva sanefa

1 - A instalação de um toldo e da respectiva sanefa deve respeitar as seguintes condições:

- a) Em passeio de largura superior a 2 m, deixar livre um espaço igual ou superior a 0,80 m em relação ao limite externo do passeio;
- b) Em passeio de largura inferior a 2 m, deixar livre um espaço igual ou superior a 0,40 m em relação ao limite externo do passeio;
- c) Observar uma distância do solo igual ou superior a 2,50 m, mas nunca acima do nível do tecto do estabelecimento comercial a que pertença;
- d) Não exceder um avanço superior a 3 m;
- e) Não exceder os limites laterais das instalações pertencentes ao respectivo estabelecimento;
- f) O limite inferior de uma sanefa deve observar uma distância do solo igual ou superior a 2,50 m;
- g) Não se sobrepor a cunhais, pilastras, cornijas, emolduramentos de vãos de portas e janelas e outros elementos com interesse arquitectónico ou decorativo.

2 - O toldo e a respectiva sanefa não podem ser utilizados para pendurar ou afixar qualquer tipo de objectos.

3 - O titular do estabelecimento é responsável pelo bom estado de conservação e limpeza do toldo e da respectiva sanefa.

Artigo 6.º

Condições de instalação e manutenção de uma esplanada aberta

1 - Na instalação de uma esplanada aberta devem respeitar-se as seguintes condições:

- a) Ser contígua à fachada do respectivo estabelecimento;
- b) A ocupação transversal não pode exceder a largura da fachada do respectivo estabelecimento;
- c) Deixar um espaço igual ou superior a 0,90 m em toda a largura do vão de porta, para garantir o acesso livre e directo à entrada do estabelecimento;
- d) Não alterar a superfície do passeio onde é instalada, sem prejuízo do disposto no [artigo 8.º](#);
- e) Não ocupar mais de 50 % da largura do passeio onde é instalada;
- f) Garantir um corredor para peões de largura igual ou superior a 2 m contados:
- i) A partir do limite externo do passeio, em passeio sem caldeiras;
- ii) A partir do limite interior ou balanço do respectivo elemento mais próximo da fachada do estabelecimento, em passeios com caldeiras ou outros elementos ou tipos de equipamento urbano.

2 - Os proprietários, os concessionários ou os exploradores de estabelecimentos são responsáveis pelo estado de limpeza dos passeios e das esplanadas abertas na parte ocupada e na faixa contígua de 3 m.

Artigo 7.º

Restrições de instalação de uma esplanada aberta

1 - O mobiliário urbano utilizado como componente de uma esplanada aberta deve cumprir os seguintes requisitos:

- a) Ser instalado exclusivamente na área comunicada de ocupação da esplanada;
- b) Ser próprio para uso no exterior e de uma cor adequada ao ambiente urbano em que a esplanada está inserida;
- c) Os guarda-sóis serem instalados exclusivamente durante o período de funcionamento da esplanada e suportados por uma base que garanta a segurança dos utentes;
- d) Os aquecedores verticais serem próprios para uso no exterior e respeitarem as condições de segurança.

2 - Nos passeios com paragens de veículos de transportes colectivos de passageiros não é permitida a instalação de esplanada aberta numa zona de 5 m para cada lado da paragem.

Artigo 8.º

Condições de instalação de estrados

1 - É permitida a instalação de estrados como apoio a uma esplanada, quando o desnível do pavimento ocupado pela esplanada for superior a 5 % de inclinação.

2 - Os estrados devem ser amovíveis e construídos, preferencialmente, em módulos de madeira.

3 - Os estrados devem garantir a acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida, nos termos do Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de Agosto.

4 - Os estrados não podem exceder a cota máxima da soleira da porta do estabelecimento respectivo ou 0,25 m de altura face ao pavimento.

5 - Sem prejuízo da observância das regras estipuladas no n.º 2 do [artigo 11.º](#) do presente decreto-lei e do [artigo 2.º](#) do presente anexo, na instalação de estrados são salvaguardadas as condições de segurança da circulação pedonal, sobretudo a acessibilidade dos cidadãos com mobilidade reduzida, nos termos da legislação em vigor.

Artigo 9.º

Condições de instalação de um guarda-vento

1 - O guarda-vento deve ser amovível e instalado exclusivamente durante o horário de funcionamento do respectivo estabelecimento.

2 - A instalação de um guarda-vento deve ser feita nas seguintes condições:

- a) Junto de esplanadas, perpendicularmente ao plano marginal da fachada;
- b) Não ocultar referências de interesse público, nem prejudicar a segurança, salubridade e boa visibilidade local ou as árvores porventura existentes;
- c) Não exceder 2 m de altura contados a partir do solo;
- d) Sem exceder 3,50 m de avanço, nunca podendo exceder o avanço da esplanada junto da qual está instalado;
- e) Garantir no mínimo 0,05 m de distância do seu plano inferior ao pavimento, desde que não tenha ressaltos superiores a 0,02 m;
- f) Utilizar vidros inquebráveis, lisos e transparentes, que não excedam as seguintes dimensões:
 - i) Altura: 1,35 m;
 - ii) Largura: 1 m;
- g) A parte opaca do guarda-vento, quando exista, não pode exceder 0,60 m contados a partir do solo.

3 - Na instalação de um guarda-vento deve ainda respeitar-se uma distância igual ou superior a:

- a) 0,80 m entre o guarda-vento e outros estabelecimentos, montras e acessos;
- b) 2 m entre o guarda-vento e outro mobiliário urbano.

Artigo 10.º

Condições de instalação de uma vitrina

Na instalação de uma vitrina devem respeitar-se as seguintes condições:

- a) Não se sobrepor a cunhais, pilastras, cornijas, emolduramentos de vãos de portas e janelas ou a outros elementos com interesse arquitectónico e decorativo;
- b) A altura da vitrina em relação ao solo deve ser igual ou superior a 1,40 m;
- c) Não exceder 0,15 m de balanço em relação ao plano da fachada do edifício.

Artigo 11.º

Condições de instalação de um expositor

- 1 - Por cada estabelecimento é permitido apenas um expositor, instalado exclusivamente durante o seu horário de funcionamento.
- 2 - O expositor apenas pode ser instalado em passeios com largura igual ou superior a 2 m, devendo respeitar as seguintes condições de instalação:
 - a) Ser contíguo ao respectivo estabelecimento;
 - b) Reservar um corredor de circulação de peões igual ou superior a 1,50 m entre o limite exterior do passeio e o prédio;
 - c) Não prejudicar o acesso aos edifícios contíguos;
 - d) Não exceder 1,50 m de altura a partir do solo;
 - e) Reservar uma altura mínima de 0,20 m contados a partir do plano inferior do expositor ao solo ou 0,40 m quando se trate de um expositor de produtos alimentares.

Artigo 12.º

Condições de instalação de uma arca ou máquina de gelados

- 1 - Na instalação de uma arca ou máquina de gelados devem respeitar-se as seguintes condições de instalação:
 - a) Ser contígua à fachada do estabelecimento, preferencialmente junto à sua entrada;
 - b) Não exceder 1 m de avanço, contado a partir do plano da fachada do edifício;
 - c) Deixar livre um corredor no passeio com uma largura não inferior a 1,50 m.

Artigo 13.º

Condições de instalação de um brinquedo mecânico e equipamento similar

- 1 - Por cada estabelecimento é permitido apenas um brinquedo mecânico e equipamento similar, servindo exclusivamente como apoio ao estabelecimento.
- 2 - A instalação de um brinquedo mecânico ou de um equipamento similar deve ainda respeitar as seguintes condições:
 - a) Ser contígua à fachada do estabelecimento, preferencialmente junto à sua entrada;
 - b) Não exceder 1 m de avanço, contado a partir do plano da fachada do edifício;
 - c) Deixar livre um corredor no passeio com uma largura não inferior a 1,50 m.

Artigo 14.º

Condições de instalação e manutenção de uma floreira

- 1 - A floreira deve ser instalada junto à fachada do respectivo estabelecimento.
- 2 - As plantas utilizadas nas floreiras não podem ter espinhos ou bagas venenosas.
- 3 - O titular do estabelecimento a que a floreira pertença deve proceder à sua limpeza, rega e substituição das plantas, sempre que necessário.

Artigo 15.º

Condições de instalação e manutenção de um contentor para resíduos

- 1 - O contentor para resíduos deve ser instalado contigualmente ao respectivo estabelecimento, servindo exclusivamente para seu apoio.
- 2 - Sempre que o contentor para resíduos se encontre cheio deve ser imediatamente limpo ou substituído.
- 3 - A instalação de um contentor para resíduos no espaço público não pode causar qualquer perigo para a higiene e limpeza do espaço.
- 4 - O contentor para resíduos deve estar sempre em bom estado de conservação, nomeadamente no que respeita a pintura, higiene e limpeza.

CAPÍTULO III

Condições de instalação de suportes publicitários e de afixação, inscrição e difusão de mensagens publicitárias

SECÇÃO I

Regras gerais

Artigo 16.º

Condições de instalação de um suporte publicitário

1 - A instalação de um suporte publicitário deve respeitar as seguintes condições:

- a) Em passeio de largura superior a 1,20 m, deixar livre um espaço igual ou superior a 0,80 m em relação ao limite externo do passeio;
- b) Em passeio de largura inferior a 1,20 m, deixar livre um espaço igual ou superior a 0,40 m em relação ao limite externo do passeio.

2 - Em passeios com largura igual ou inferior a 1 m não é permitida a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias.

Artigo 17.º

Condições de afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial em mobiliário urbano

1 - É permitida a afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial em mobiliário urbano.

2 - A afixação ou inscrição de mensagens publicitárias de natureza comercial numa esplanada deve limitar-se ao nome comercial do estabelecimento, a mensagem comercial relacionada com bens ou serviços comercializados no estabelecimento ou ao logótipo da marca comercial, desde que afixados ou inscritos nas costas das cadeiras e nas abas pendentes dos guarda-sóis, com as dimensões máximas de 0,20 m x 0,10 m por cada nome ou logótipo.

Artigo 18.º

Condições e restrições de difusão de mensagens publicitárias sonoras

1 - É permitida a difusão de mensagens publicitárias sonoras de natureza comercial que possam ser ouvidas dentro dos respectivos estabelecimentos ou na via pública, cujo objectivo imediato seja atrair ou reter a atenção do público.

2 - A difusão sonora de mensagens publicitárias de natureza comercial apenas pode ocorrer:

- a) No período compreendido entre as 9 e as 20 horas;
- b) A uma distância mínima de 300 m de edifícios escolares, durante o seu horário de funcionamento, de hospitais, cemitérios e locais de culto.

SECÇÃO II

Regras especiais

Artigo 19.º

Condições e restrições de aplicação de chapas, placas e tabuletas

1 - Em cada edifício, as chapas, placas ou tabuletas devem apresentar dimensão, cores, materiais e alinhamentos adequados à estética do edifício.

2 - A instalação das chapas deve fazer-se a uma distância do solo igual ou superior ao nível do piso do 1.º andar dos edifícios.

3 - A instalação de uma placa deve respeitar as seguintes condições:

- a) Não se sobrepor a gradeamentos ou zonas vazadas em varandas;
- b) Não ocultar elementos decorativos ou outros com interesse na composição arquitectónica das fachadas.

4 - As placas só podem ser instaladas ao nível do rés-do-chão dos edifícios.

5 - Não é permitida a instalação de mais de uma placa por cada fracção autónoma ou fogo, não se considerando para o efeito as placas de proibição de afixação de publicidade.

6 - A instalação de uma tabuleta deve respeitar as seguintes condições:

- a) O limite inferior da tabuleta deve ficar a uma distância do solo igual ou superior a 2,60 m;

- b) Não exceder o balanço de 1,50 m em relação ao plano marginal do edifício, excepto no caso de ruas sem passeios, em que o balanço não excede 0,20 m;
- c) Deixar uma distância igual ou superior a 3 m entre tabuletas.

Artigo 20.º

Condições de instalação de bandeiras

- 1 - As bandeiras não podem ser afixadas em áreas de protecção das localidades.
- 2 - As bandeiras devem permanecer oscilantes, só podendo ser colocadas em posição perpendicular à via mais próxima e afixadas do lado interior do poste.
- 3 - A dimensão máxima das bandeiras deve ser de 0,60 m de comprimento e 1 m de altura.
- 4 - A distância entre a fachada do edifício mais próximo e a parte mais saliente da bandeira deve ser igual ou superior a 2 m.
- 5 - A distância entre a parte inferior da bandeira e o solo deve ser igual ou superior a 3 m.
- 6 - A distância entre bandeiras afixadas ao longo das vias deve ser igual ou superior a 50 m.

Artigo 21.º

Condições de aplicação de letras soltas ou símbolos

A aplicação de letras soltas ou símbolos deve respeitar as seguintes condições:

- a) Não exceder 0,50 m de altura e 0,15 m de saliência;
- b) Não ocultar elementos decorativos ou outros com interesse na composição arquitectónica das fachadas, sendo aplicados directamente sobre o paramento das paredes;
- c) Ter em atenção a forma e a escala, de modo a respeitar a integridade estética dos próprios edifícios.

Artigo 22.º

Condições de instalação de anúncios luminosos, iluminados, electrónicos e semelhantes

- 1 - Os anúncios luminosos, iluminados, electrónicos e semelhantes devem ser colocados sobre as saliências das fachadas e respeitar as seguintes condições:
 - a) O balanço total não pode exceder 2 m;
 - b) A distância entre o solo e a parte inferior do anúncio não pode ser menor do que 2,60 m nem superior a 4 m;
 - c) Caso o balanço não exceda 0,15 m, a distância entre a parte inferior do anúncio e o solo não pode ser menor do que 2 m nem superior a 4 m.
- 2 - As estruturas dos anúncios luminosos, iluminados, sistemas electrónicos ou semelhantes instalados nas fachadas de edifícios e em espaço público devem ficar, tanto quanto possível, encobertas e ser pintadas com a cor que lhes dê o menor destaque.

ANEXO V

(a que refere o [artigo 43.º](#))

Republicação do Decreto-Lei n.º 48/96, de 15 de Maio

(Nota: O Regime dos Horários de Funcionamento dos Estabelecimentos Comerciais encontra-se disponível na Biblioteca Jurídica da Datajuris)